

GUILHERME
**PEÑA DE
MORAES**

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

12ª REVISTA E
ATUALIZADA
EDIÇÃO



atlas

SUMÁRIO

Abreviaturas	XXXI
Introdução	1
1 Esferas de normatização da conduta humana	1
2 Direito	2
3 Direito Constitucional.....	4
Capítulo 1. Constitucionalismo.....	9
1 Conceito.....	9
2 Histórico	9
2.1 Ciência do Direito comparado	10
2.1.1 Constitucionalismo antigo	10
2.1.2 Constitucionalismo grego	10
2.1.3 Constitucionalismo romano	10
2.1.4 Constitucionalismo medieval	11
2.1.5 Constitucionalismo moderno.....	11
2.1.6 Constitucionalismo liberal.....	12
2.1.7 Constitucionalismo social	12
2.1.8 Constitucionalismo contemporâneo	13
2.2 Direito Positivo brasileiro.....	14
2.2.1 Constituição de 1824	15
2.2.2 Constituição de 1891	16
2.2.3 Constituição de 1934	16
2.2.4 Constituição de 1937	17
2.2.5 Constituição de 1946	17
2.2.6 Constituição de 1967	18
2.2.7 Constituição de 1988	18
3 Instrumentos ou mecanismos.....	19
3.1 Direitos fundamentais	19
3.2 Controle de constitucionalidade	20
3.3 Federalismo estatal.....	20
3.4 Freios e contrapesos	21
4 Dimensões do constitucionalismo	22
4.1 Garantismo.....	22

4.2	Transconstitucionalismo	23
4.3	Neoconstitucionalismo	23
Capítulo 2. Poder constituinte.....		25
1	Conceito.....	25
2	Teorização.....	26
3	Natureza.....	27
4	Titularidade e exercício	28
4.1	Titularidade.....	29
4.2	Exercício	30
5	Classificação.....	30
5.1	Poder constituinte originário.....	33
5.1.1	Inicialidade.....	33
5.1.1.1	Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Constituição anterior.....	34
5.1.1.2	Efeito do exercício do poder constituinte originário sobre a Legislação anterior	35
5.1.2	Ilimitação.....	39
5.1.2.1	Conflito entre normas constitucionais	40
5.1.2.2	Conflito entre normas constitucionais e internacionais	44
5.1.3	Incondicionamento	48
5.1.3.1	Formas de expressão	48
5.1.3.2	Meios de expressão.....	51
5.2	Poder constituinte derivado reformador.....	51
5.2.1	Derivação.....	52
5.2.2	Limitação.....	55
5.2.3	Condicionamento.....	64
5.3	Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador	66
5.3.1	Derivação.....	67
5.3.2	Limitação.....	72
5.3.3	Condicionamento.....	74
5.4	Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual.....	75
5.4.1	Derivação.....	75
5.4.2	Limitação.....	76
5.4.3	Condicionamento.....	77
6	Conclusão	78
Capítulo 3. Teoria da Constituição		81
1	Conceito.....	81
2	Histórico	82
3	Natureza jurídica.....	85
3.1	Constituição em sentido sociológico.....	85
3.2	Constituição em sentido político	86
3.3	Constituição em sentido estritamente jurídico	86
3.4	Observação complementar	87
4	Funções	87
5	Objeto.....	88
6	Elementos	90
7	Tipologia.....	91
7.1	Classificação quanto à forma da Constituição.....	91
7.2	Classificação quanto ao objeto da Constituição	92

7.3	Classificação quanto à origem da Constituição.....	93
7.4	Classificação quanto ao modo de elaboração da Constituição.....	94
7.5	Classificação quanto à dogmática da Constituição.....	94
7.6	Classificação quanto ao modelo da Constituição.....	95
7.7	Classificação quanto ao sistema da Constituição.....	95
7.8	Classificação quanto à extensão da Constituição.....	96
7.9	Classificação quanto à estabilidade da Constituição.....	96
7.10	Classificação quanto à análise ontológica da concordância entre as normas constitucionais e a realidade política.....	97
8	Conclusão.....	99
Capítulo 4. Normas constitucionais.....		101
1	Conceito.....	101
2	Classificação quanto ao conteúdo das normas constitucionais.....	102
3	Classificação quanto à finalidade das normas constitucionais.....	103
4	Classificação quanto à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	105
4.1	Classificação bipartida das normas constitucionais.....	107
4.2	Classificação tripartida das normas constitucionais.....	108
4.3	Classificação quadripartida das normas constitucionais.....	111
4.4	Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais.....	111
5	Classificação quanto à estrutura das normas constitucionais.....	116
5.1	Regras constitucionais.....	119
5.2	Princípios constitucionais.....	121
5.2.1	Princípios constitucionais fundamentais.....	124
5.2.2	Princípios constitucionais gerais.....	125
5.2.3	Princípios constitucionais setoriais.....	128
5.2.3.1	Princípios constitucionais especiais de Direito Administrativo.....	129
5.2.3.2	Princípios constitucionais especiais de Direito Ambiental..	131
5.2.3.3	Princípios constitucionais especiais de Direito Civil.....	132
5.2.3.4	Princípios constitucionais especiais de Direito Eleitoral.....	134
5.2.3.5	Princípios constitucionais especiais de Direito Empresarial..	135
5.2.3.6	Princípios constitucionais especiais de Direito Penal.....	136
5.2.3.7	Princípios constitucionais especiais de Direito Previdenciário.....	138
5.2.3.8	Princípios constitucionais especiais de Direito Processual..	139
5.2.3.9	Princípios constitucionais especiais de Direito Trabalhista..	141
5.2.3.10	Princípios constitucionais especiais de Direito Tributário ...	142
Capítulo 5. Interpretação constitucional.....		145
1	Conceito.....	145
2	Particularidades na interpretação constitucional.....	148
3	Princípios de interpretação constitucional.....	149
3.1	Princípio da supremacia da Constituição.....	151
3.2	Princípio da unidade da Constituição.....	153
3.3	Princípio da correção funcional.....	154
3.4	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	155
3.5	Princípio da presunção de constitucionalidade.....	156
3.6	Princípio da eficácia integradora.....	157
3.7	Princípio da máxima efetividade.....	157
3.8	Princípio da proporcionalidade.....	158

4	Métodos de interpretação constitucional	161
4.1	Métodos clássicos de interpretação constitucional	162
4.1.1	Interpretação legislativa, administrativa, judicial e doutrinária	162
4.1.2	Interpretação gramatical, histórica, sistemática, lógica e teleológica	163
4.1.3	Interpretação declarativa, restritiva e extensiva	163
4.2	Métodos modernos de interpretação constitucional	164
4.2.1	Método científico-espiritual	164
4.2.2	Método tópico-problemático	165
4.2.3	Método normativo-estruturante	165
4.2.4	Método hermenêutico-concretizador	166
	Capítulo 6. Teoria dos direitos fundamentais	169
1	Conceito	169
1.1	Natureza	170
1.2	Positivização	170
1.3	Titularidade	171
1.4	Eficácia	171
2	Fundamentação	174
2.1	Teoria realista	174
2.2	Teorias juspositivistas	175
2.3	Teorias jusnaturalistas	176
3	Características	177
3.1	Inalienabilidade	177
3.2	Historicidade	177
3.3	Relatividade	180
4	Tipologia	184
4.1	Crítério formal	184
4.2	Crítério material	185
5	Proteção	186
5.1	Proteção normativa	186
5.2	Proteção institucional	188
5.3	Proteção processual	189
5.3.1	Garantias constitucionais	189
5.3.2	Remédios constitucionais	191
5.3.2.1	Tutela dos direitos fundamentais em gênero	191
5.3.2.2	Tutela dos direitos fundamentais em espécie	192
	Capítulo 7. Direitos individuais	195
1	Conceito	195
2	Vida	195
2.1	Direito à vida	195
2.2	Direitos à integridade física	198
2.2.1	Direito ao próprio corpo	199
2.2.2	Direito às partes separadas do corpo	200
2.3	Direitos à integridade moral	201
2.3.1	Direito à intimidade	201
2.3.2	Direito à privacidade	202
2.3.3	Direito à honra	203
2.3.4	Direito à imagem	204
3	Liberdade	204
3.1	Direito à liberdade	204

3.2	Direito à liberdade de ação.....	205
3.3	Direito à liberdade de locomoção	205
3.4	Direito à liberdade profissional	206
3.5	Direitos à liberdade de pensamento.....	207
3.5.1	Direito à liberdade de consciência e crença.....	207
3.5.2	Direito à liberdade de expressão ou manifestação	208
4	Igualdade.....	209
4.1	Direito à igualdade formal ou jurídica	209
4.2	Direito à igualdade material ou real.....	210
5	Propriedade	217
5.1	Direito de propriedade.....	217
5.2	Direito de propriedade hereditária	218
5.3	Direitos de propriedade intelectual.....	219
5.3.1	Direito de propriedade autoral.....	219
5.3.2	Direito de propriedade industrial	220
6	Segurança.....	220
6.1	Direito à segurança.....	221
6.2	Direito à segurança das relações jurídicas.....	221
6.3	Direito à segurança do domicílio	222
6.4	Direito à segurança das comunicações pessoais.....	223
6.5	Direito à segurança em matéria penal	224
6.6	Direito à segurança em matéria tributária	225
Capítulo 8. Direitos coletivos		227
1	Conceito.....	227
2	Direito de reunião	227
3	Direito de associação.....	228
4	Direito do consumidor	229
5	Direito à ciência.....	230
6	Direito de comunicação.....	230
7	Direito ao meio ambiente	231
Capítulo 9. Direitos sociais		233
1	Conceito.....	233
2	Direitos sociais em sentido estrito ou restrito.....	234
2.1	Direito à moradia	234
2.2	Direito à alimentação	235
2.3	Direito ao transporte.....	236
2.4	Direitos à seguridade social	236
2.4.1	Direito à saúde.....	236
2.4.2	Direito à previdência social.....	237
2.4.3	Direito à assistência social.....	238
2.5	Direitos particulares.....	239
2.5.1	Direitos da família.....	239
2.5.2	Direitos dos índios	240
2.5.3	Direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.....	241
3	Direitos sociais de natureza econômica	242
3.1	Direito ao trabalho	242
3.2	Direitos dos trabalhadores	242

4	Direitos sociais de natureza cultural.....	248
4.1	Direito à cultura.....	248
4.2	Direito ao desporto	249
4.3	Direito à educação.....	249
Capítulo 10. Direito à nacionalidade		257
1	Conceito.....	257
2	Natureza jurídica.....	257
3	Modos de aquisição, perda e reaquisição	258
3.1	Aquisição da nacionalidade	261
3.1.1	Nacionalidade originária.....	262
3.1.2	Nacionalidade derivada.....	264
3.2	Perda da nacionalidade.....	267
3.3	Reaquisição da nacionalidade.....	268
4	Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.....	269
Capítulo 11. Direitos políticos.....		273
1	Conceito.....	273
2	Direito de votar.....	274
3	Direito de ser votado	278
4	Direito ao cargo	283
5	Direito no cargo.....	283
Capítulo 12. Garantias constitucionais.....		285
1	Conceito.....	285
2	Tipologia.....	286
2.1	Classificação bipartida das garantias constitucionais	286
2.2	Classificação tripartida das garantias constitucionais	286
2.3	Classificação quadripartida das garantias constitucionais.....	287
2.4	Classificação quinquipartida das garantias constitucionais.....	288
2.4.1	Garantias constitucionais dos direitos individuais	289
2.4.2	Garantias constitucionais dos direitos coletivos	291
2.4.3	Garantias constitucionais dos direitos sociais	291
2.4.4	Garantias constitucionais do direito à nacionalidade.....	292
2.4.5	Garantias constitucionais dos direitos políticos.....	293
Capítulo 13. Habeas corpus.....		295
1	Conceito.....	295
2	Natureza jurídica.....	298
3	Condições da ação.....	299
3.1	Condições genéricas da ação	300
3.1.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	300
3.1.2	Interesse de agir.....	301
3.1.3	Legitimidade <i>ad causam</i>	302
3.1.4	Justa causa	302
3.2	Condições específicas da ação	303
3.2.1	Violência ou coação	303
3.2.2	Ilegalidade ou abuso de poder.....	305
3.2.2.1	Falta de justa causa.....	305
3.2.2.2	Excesso de prazo.....	306
3.2.2.3	Incompetência do coator.....	306

3.2.2.4	Cessação do motivo	306
3.2.2.5	Inadmissão da fiança.....	307
3.2.2.6	Nulidade do processo	307
3.2.2.7	Extinção da punibilidade	308
4	Objeto.....	309
5	Competência	309
6	Partes	313
7	Decisão.....	313
Capítulo 14. Mandado de segurança		315
1	Conceito.....	315
2	Mandado de segurança individual.....	316
2.1	Natureza jurídica	317
2.2	Condições específicas da ação	318
2.2.1	Direito líquido e certo.....	319
2.2.2	Ato coator	320
2.2.2.1	Natureza do ato impugnado	320
2.2.2.2	Autoridade coatora	325
2.2.2.3	Ilegalidade ou abuso de poder.....	328
2.3	Objeto.....	329
2.4	Competência	329
2.5	Partes.....	331
2.6	Decisão.....	334
3	Mandado de segurança coletivo.....	340
3.1	Natureza jurídica	340
3.2	Condições específicas da ação	341
3.3	Objeto.....	342
3.4	Competência	345
3.5	Partes.....	345
3.6	Decisão.....	348
Capítulo 15. Mandado de injunção.....		351
1	Conceito.....	351
2	Natureza jurídica.....	352
3	Condições específicas da ação.....	354
3.1	Direito subjetivo constitucional.....	354
3.2	Norma regulamentadora	356
3.3	Nexo de causalidade.....	358
4	Objeto.....	358
5	Competência	363
6	Partes	364
7	Decisão.....	367
Capítulo 16. Habeas data.....		369
1	Conceito.....	369
2	Natureza jurídica.....	371
3	Condição específica da ação.....	372
4	Objeto.....	376
5	Competência	378
6	Partes	379
7	Decisão.....	380

Capítulo 17. Ação popular	383
1 Conceito.....	383
2 Natureza jurídica.....	383
3 Condições específicas da ação.....	385
3.1 Ilegalidade, ilegitimidade ou ilicitude.....	385
3.2 Lesividade.....	385
4 Objeto.....	387
5 Competência	388
6 Partes.....	389
7 Decisão.....	393
 Capítulo 18. Ação civil pública	 395
1 Conceito.....	395
2 Natureza jurídica.....	398
3 Condição específica da ação.....	401
3.1 Definição.....	401
3.2 Características.....	401
3.3 Fases	402
3.3.1 Instauração.....	403
3.3.2 Instrução.....	403
3.3.3 Encerramento	404
4 Objeto.....	405
5 Competência	406
6 Partes.....	407
7 Decisão.....	408
 Capítulo 19. Teoria do Estado.....	 411
1 Conceito.....	411
2 Retrospectiva do Estado.....	412
3 Perspectiva do Estado	416
3.1 Elemento humano	417
3.2 Elemento territorial.....	418
3.3 Elemento formal.....	420
3.3.1 Características do poder político	421
3.3.2 Formas do poder político.....	421
3.3.3 Tipos do poder político	422
3.3.4 Divisão do poder político.....	423
3.3.4.1 Divisão territorial.....	424
3.3.4.2 Divisão funcional	424
3.3.5 Atributos do poder político	424
3.3.5.1 Conceito	425
3.3.5.2 Titularidade.....	425
3.3.5.3 Espécies.....	427
3.3.5.4 Relativização	427
4 Prospectiva do Estado.....	428
 Capítulo 20. Formas de Estado.....	 431
1 Conceito.....	431
2 Estado federal	433
2.1 Histórico	433
2.2 Tipologia.....	434

2.3	Características.....	435
2.3.1	União de entidades políticas autônomas, simbolizada pelo vínculo indissolúvel entre os entes federativos, revestidos de auto-organização, autogoverno e autoadministração.....	436
2.3.2	Bicameralismo, de maneira a possibilitar a participação da vontade parcial (regional) na formação da vontade geral (nacional).....	437
2.3.3	Repartição constitucional de competências.....	438
2.3.4	Existência de órgão competente para a promoção do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição	441
2.3.5	Limitações ao poder constituinte derivado	442
2.3.6	Intervenção federal.....	443
2.3.6.1	Natureza jurídica	444
2.3.6.2	Características.....	444
2.3.6.3	Extensão	445
2.3.6.4	Pressupostos materiais.....	446
2.3.6.5	Requisitos formais.....	453
2.3.6.6	Observações complementares	455
Capítulo 21. União		459
1	Conceito	459
2	Histórico	460
3	Bens	461
4	Competências.....	462
4.1	Competências administrativas.....	462
4.2	Competências legislativas.....	467
4.3	Competências tributárias	471
Capítulo 22. Estado.....		473
1	Conceito.....	473
2	Histórico	474
3	Bens	475
4	Competências.....	476
4.1	Competências administrativas.....	476
4.2	Competências legislativas.....	477
4.3	Competências tributárias	478
Capítulo 23. Município.....		479
1	Conceito.....	479
2	Histórico	480
3	Bens	481
4	Competências.....	482
4.1	Competências administrativas.....	482
4.2	Competências legislativas.....	483
4.3	Competências tributárias	484
Capítulo 24. Distrito Federal		485
1	Conceito.....	485
2	Histórico	486
3	Bens	487
4	Competências.....	487

Capítulo 25. Funções do Estado	489
1 Conceito.....	489
1.1 Critério objetivo.....	490
1.2 Critério subjetivo.....	491
2 Função legislativa.....	492
2.1 Características.....	492
2.2 Princípios.....	492
2.3 Tipologia.....	493
3 Função administrativa.....	493
3.1 Características.....	494
3.2 Princípios.....	495
3.3 Tipologia.....	495
4 Função jurisdicional	496
4.1 Características.....	497
4.2 Princípios.....	497
4.3 Tipologia.....	498
5 Observações complementares.....	499
Capítulo 26. Poder Legislativo.....	501
1 Conceito.....	501
2 Estrutura	502
2.1 Mesas.....	503
2.1.1 Mesa do Congresso Nacional	503
2.1.2 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	503
2.2 Comissões.....	504
2.2.1 Comissões permanentes.....	505
2.2.2 Comissões temporárias	506
2.3 Serviços administrativos e guardas legislativas	506
3 Funcionamento	507
3.1 Atribuição representativa	507
3.2 Atribuição investigatória	507
3.2.1 Investigação financeiro-orçamentária	508
3.2.2 Investigação político-administrativa	510
3.2.2.1 Pressupostos materiais.....	510
3.2.2.2 Requisitos formais.....	510
3.2.2.3 Limites de atuação.....	511
3.2.2.4 Meios de investigação	513
3.3 Atribuição legislativa.....	517
3.3.1 Processo legislativo	517
3.3.1.1 Iniciativa	518
3.3.1.2 Discussão.....	519
3.3.1.3 Votação	520
3.3.1.4 Sanção ou veto	520
3.3.1.5 Promulgação	521
3.3.1.6 Publicação	522
3.3.2 Espécies normativas.....	522
3.3.2.1 Emenda à Constituição	523
3.3.2.2 Lei complementar.....	524
3.3.2.3 Lei ordinária.....	526
3.3.2.4 Lei delegada.....	526
3.3.2.5 Decreto legislativo.....	527

3.3.2.6	Resolução	528
3.3.2.7	Medida provisória	528
3.4	Garantias dos membros do Poder Legislativo	537
3.4.1	Identidade de retribuição pecuniária	538
3.4.2	Isenção do serviço militar	538
3.4.3	Limitação do dever de testemunhar	538
3.4.4	Prerrogativa de foro especial.....	538
3.4.5	Imunidades parlamentares.....	539
3.4.5.1	Imunidade parlamentar material	539
3.4.5.2	Imunidade parlamentar formal.....	540
3.4.5.3	Extensão espacial, funcional e temporal	542
Capítulo 27. Poder Executivo		545
1	Conceito	545
2	Estrutura	546
2.1	Presidência da República	547
2.1.1	Aquisição do mandato presidencial.....	547
2.1.2	Duração do mandato presidencial	548
2.1.3	Perda do mandato presidencial	549
2.1.3.1	Extinção do mandato presidencial.....	549
2.1.3.2	Cassação do mandato presidencial	549
2.2	Vice-Presidência da República	559
2.3	Ministérios de Estado	560
2.4	Conselho da República	561
2.5	Conselho de Defesa Nacional	561
3	Funcionamento	562
3.1	Chefia de Estado	562
3.2	Chefia de Governo.....	563
3.3	Direção superior da Administração Pública.....	563
3.4	Garantias do Chefe do Poder Executivo.....	565
Capítulo 28. Poder Judiciário		567
1	Conceito	567
2	Estrutura	568
2.1	Supremo Tribunal Federal.....	569
2.2	Superior Tribunal de Justiça.....	571
2.3	Justiça Federal Comum.....	573
2.4	Justiça do Trabalho.....	575
2.5	Justiça Eleitoral	577
2.6	Justiça Militar Federal	579
2.7	Justiça Estadual Comum	580
2.8	Justiça Militar Estadual	582
2.9	Conselho Nacional de Justiça	583
3	Funcionamento	586
3.1	Transcendência	588
3.2	Celeridade processual	591
3.3	Publicidade dos atos processuais.....	592
3.4	Pluralidade dos meios de acesso à justiça	593
3.5	Federalização das graves violações de direitos humanos	594
3.6	Precedente judicial e súmula de tribunal de aplicação obrigatória.....	595
3.6.1	Origem	596

3.6.2	Natureza.....	597
3.6.3	Tipologia.....	599
3.6.4	Validade	600
3.6.5	Pressupostos.....	602
3.6.6	Requisitos	603
3.6.7	Alcance	603
3.7	Garantias dos membros do Poder Judiciário	605
3.7.1	Vitaliciedade.....	605
3.7.2	Inamovibilidade.....	606
3.7.3	Irredutibilidade de subsídio.....	606
Capítulo 29. Organização dos Poderes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal		609
1	Conceito.....	609
2	Princípios constitucionais.....	610
3	Regras de Organização dos Estados, dos Municípios e/ou do Distrito Federal....	611
3.1	Estados	611
3.2	Municípios.....	612
3.3	Distrito Federal.....	613
4	Regras de organização da União extensíveis, de forma simétrica, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.....	613
4.1	Poder Legislativo	613
4.2	Poder Executivo.....	614
4.3	Poder Judiciário	615
Capítulo 30. Funções essenciais à justiça		617
1	Conceito.....	617
2	Advocacia Pública	618
3	Defensoria Pública	619
4	Ministério Público	621
4.1	Posicionamento constitucional.....	621
4.2	Princípios institucionais	622
4.3	Estrutura orgânica	623
4.4	Regime jurídico.....	626
4.5	Campo de atuação	627
4.6	Funções institucionais.....	629
4.6.1	Ação penal pública	630
4.6.2	Fiscalização da regularidade dos serviços públicos.....	631
4.6.3	Inquérito civil e ação civil pública.....	631
4.6.4	Instrumentos de jurisdição constitucional orgânica	633
4.6.5	Proteção dos interesses das populações indígenas.....	633
4.6.6	Poder de requisição.....	634
4.6.7	Controle externo da atividade policial	635
4.6.8	Garantias dos membros do Ministério Público	638
Capítulo 31. Mecanismos constitucionais de defesa do Estado		639
1	Conceito.....	639
2	Estado de defesa.....	640
2.1	Pressupostos	641
2.2	Requisitos	641
2.3	Instituição.....	641

2.4	Controle.....	642
2.5	Extinção.....	642
3	Estado de sítio.....	642
3.1	Pressupostos.....	643
3.2	Requisitos.....	643
3.3	Instituição.....	644
3.4	Controle.....	644
3.5	Extinção.....	645
4	Outros mecanismos constitucionais de defesa do Estado.....	645
4.1	Mecanismos franco-germânicos.....	645
4.1.1	Suspensão da Constituição.....	646
4.1.2	Poderes extraordinários do Presidente da República.....	646
4.2	Mecanismos anglo-saxônicos.....	647
4.2.1	Suspensão do <i>habeas corpus</i>	647
4.2.2	Lei marcial.....	648
Capítulo 32. Controle de constitucionalidade.....		649
1	Conceito.....	649
2	Histórico.....	650
3	Pressupostos.....	652
4	Natureza do ato inconstitucional e da decisão de inconstitucionalidade.....	655
5	Tipologia da inconstitucionalidade.....	657
5.1	Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal.....	657
5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	659
5.3	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	661
5.4	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	662
5.5	Inconstitucionalidade antecedente e inconstitucionalidade consequente.....	663
6	Espécies de controle de constitucionalidade.....	663
7	Modalidades de controle de constitucionalidade.....	665
8	Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.....	666
Capítulo 33. Arguição de inconstitucionalidade.....		671
1	Conceito.....	671
2	Cabimento.....	672
3	Iniciativa.....	677
4	Competência.....	679
5	Procedimento.....	683
6	Decisão.....	685
6.1	Declaração de inconstitucionalidade.....	685
6.2	Suspensão de execução.....	686
6.3	Coisa julgada.....	696
Capítulo 34. Ação direta de inconstitucionalidade.....		699
1	Conceito.....	699
2	Natureza jurídica.....	700
3	Cabimento.....	704
3.1	Emenda à Constituição.....	706
3.2	Lei complementar.....	707
3.3	Lei ordinária.....	708
3.4	Lei delegada.....	710
3.5	Decreto legislativo.....	710

3.6	Resolução.....	711
3.7	Medida provisória	712
3.8	Observações complementares	715
3.8.1	Decreto	715
3.8.2	Regimento de tribunal	717
3.8.3	Resolução e deliberação administrativas.....	718
3.8.4	Convenção e acordo coletivos de trabalho e sentença normativa	719
3.8.5	Parecer da Consultoria-Geral da República	720
3.8.6	Enunciado de súmula de jurisprudência predominante.....	721
3.8.7	Lei ou ato normativo municipal.....	722
3.8.8	Lei ou ato normativo estrangeiro	724
3.8.9	Revogação intercorrente.....	725
4	Legitimação ativa	727
4.1	Presidente da República.....	729
4.2	Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	731
4.3	Mesas de Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa.....	731
4.4	Governador de Estado e do Distrito Federal	732
4.5	Procurador-Geral da República.....	732
4.6	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	734
4.7	Partido político com representação no Congresso Nacional	735
4.8	Confederação sindical.....	736
4.9	Entidade de classe de âmbito nacional	737
4.10	Observações complementares	738
4.10.1	Representação judicial	739
4.10.2	Pluralidade de partes	740
4.10.2.1	Litisconsórcio.....	741
4.10.2.2	Intervenção de terceiros	742
4.10.2.3	Colaborador informal da Corte	743
4.10.3	Atuação processual do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.....	746
5	Procedimento	748
5.1	Petição inicial.....	748
5.2	Despacho liminar	750
5.3	Informações.....	751
5.4	Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União	752
5.5	Dilação probatória.....	753
5.6	Acórdão.....	754
6	Medida liminar.....	755
7	Decisão.....	757
7.1	Eficácia pessoal.....	758
7.2	Eficácia temporal.....	763
Capítulo 35. Ação declaratória de constitucionalidade		779
1	Conceito.....	779
2	Natureza jurídica.....	780
3	Objeto.....	782
4	Legitimação ativa	783
5	Procedimento	785
5.1	Petição inicial.....	785
5.2	Despacho liminar	785

5.3	Informações.....	786
5.4	Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.....	786
5.5	Dilação probatória.....	786
5.6	Acórdão.....	787
6	Medida liminar.....	787
7	Decisão.....	788
Capítulo 36. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão		791
1	Conceito.....	791
2	Natureza jurídica.....	793
3	Cabimento	793
4	Legitimação ativa	794
5	Procedimento.....	795
5.1	Petição inicial.....	795
5.2	Despacho liminar	795
5.3	Informações.....	795
5.4	Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.....	796
5.5	Dilação probatória.....	796
5.6	Acórdão.....	796
6	Medida liminar.....	796
7	Decisão.....	797
Capítulo 37. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva		801
1	Conceito.....	801
2	Natureza jurídica.....	802
3	Cabimento	804
4	Legitimação ativa	805
5	Procedimento.....	806
5.1	Petição inicial.....	806
5.2	Despacho liminar	807
5.3	Informações.....	807
5.4	Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.....	807
5.5	Dilação probatória.....	807
5.6	Acórdão.....	808
6	Medida liminar.....	808
7	Decisão.....	809
Capítulo 38. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....		811
1	Conceito.....	811
2	Natureza jurídica.....	815
3	Cabimento	817
4	Legitimação ativa	820
5	Procedimento.....	821
5.1	Petição inicial.....	821
5.2	Despacho liminar	822
5.3	Informações.....	822
5.4	Manifestação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União.....	823
5.5	Dilação probatória.....	823

5.6	Acórdão.....	823
6	Medida liminar.....	824
7	Decisão.....	825
Capítulo 39. Controle de constitucionalidade no plano estadual.....		827
1	Conceito.....	827
2	Controle incidental.....	827
3	Controle principal.....	829
3.1	Natureza jurídica.....	830
3.2	Cabimento.....	832
3.3	Legitimação ativa.....	833
3.4	Procedimento.....	836
3.5	Medida liminar.....	836
3.6	Decisão.....	836
Capítulo 40. Orçamento.....		839
1	Conceito.....	839
2	Natureza.....	840
3	Funções.....	841
4	Elaboração.....	841
5	Gestão.....	841
6	Vertentes.....	842
6.1	Receita.....	842
6.2	Despesa.....	843
7	Fiscalização.....	844
7.1	Modalidades.....	844
7.2	Espécies.....	844
7.3	Objeto.....	844
Capítulo 41. Ordem econômica e financeira.....		845
1	Conceito.....	845
2	Princípios.....	845
2.1	Subsidiariedade do Estado.....	846
2.2	Igualdade econômica.....	846
2.3	Desenvolvimento econômico.....	846
2.4	Democracia econômica.....	846
2.5	Liberdade de iniciativa.....	846
3	Formas.....	846
3.1	Intervenção do Estado na propriedade.....	847
3.2	Intervenção do Estado no domínio econômico.....	847
4	Mecanismos.....	847
4.1	Planejamento.....	847
4.2	Fomento público.....	848
4.3	Prevenção e repressão ao abuso do poder econômico.....	849
4.4	Exploração direta de atividade econômica.....	849
5	Redução.....	850
5.1	Desestatização.....	850
5.1.1	Privatização.....	850
5.1.2	Terceirização.....	850
5.1.3	Delegação.....	850
5.1.4	Gestão associada de funções públicas.....	851
5.2	Regulação.....	851

Capítulo 42. Ordem social	853
1 Conceito.....	853
2 Primado do trabalho.....	853
3 Bem-estar social	854
4 Justiça social.....	854
5 Divisão da matéria.....	855
Bibliografia	857
Índice Remissivo	979